ARTE-EDUCAÇÃO NA ABORDAGEM DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: CAMINHOS E DESAFIOS

MÔNICA PINHEIRO LIMA FRANCO

RESUMO

O presente artigo visa refletir sobre uma das principais raízes culturais do Brasil e a importância de aprofundar o seu conhecimento, haja vista que uma das principais origens culturais do Brasil é africana, e a descoberta da identidade cultural de seu próprio país é um dos principais caminhos para entendimento de si próprio e do outrem, e para a contribuição da cidadania, desmistificando visões distorcidas que ainda persistem nos dias de hoje e tendo a arte-educação, sob a proposta triangular da educadora Ana Mae Barbosa, como caminho para efetiva abordagem dessas culturas em sala de aula, apontando os principais enfrentamentos para tal.

Levando em conta as fases do desenvolvimento humano e escolar, o estudo aplica-se aos dois últimos anos do Ensino Fundamental.

Palavras chaves: Arte-Educação; Cultura Africana; Cultura Afro-Brasileira.

ABSTRACT

This article aims to reflect on one of the main cultural roots of Brazil and the importance of deepening their knowledge, there is a view that one of the main cultural origins of Brazil is African, and the discovery of the cultural identity of your own country is one of the major ways for understanding of itself and of others, and for the contribution of citizenship, demystifying distorted views that still persist today and taking the art-education, under the proposal of the triangular educator Ana Mae Barbosa, as path for effective approach of these crops in the classroom, pointing to the main clashes for such.

Taking into account the human development phases and school, the study applies to the two last years of elementary education.

Key Words: Arte-Education, African Culture, Culture Afro-Brazilian

1. Introdução

Educação através da Arte é forte mecanismo para o desenvolvimento individual e identificação de herança cultural e de sua apropriação e da evolução do senso crítico. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o terceiro e quatro ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) afirmam que

(...) A arte estimula o aluno a perceber, compreender e relacionar tais significados sociais. Essa forma de compreensão da arte inclui modos de interação como a empatia e se concretiza em múltiplas sínteses. O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que nossas experiências geram um movimento de transformação permanente, que é preciso reordenar referências a cada momento, ser flexível. Isso significa que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. (PCN-ARTE, 1998, p.19-20).

De posse do entendimento da Arte como instrumento de identificação cultural é que a arte-educação, amparada na proposta triangular de autoria da educadora Ana Mae Barbosa, apresenta-se nesse artigo como caminho para abordagem da cultura africana e afro-brasileira, haja vista a amplitude dessa abordagem no ensino/aprendizagem, englobando a análise, interpretação e julgamento, a contextualização, a leitura de imagem e o fazer artístico.

O tema é amparado e justificado pela Lei 10.639, promulgada em 2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de todos os Estados, sendo que as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana" foi homologada no ano subsequente, prevendo que

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, tal como explicita o presente parecer, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas, (3) particularmente, Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais (4), em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares. (DCN – educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, 2004, pg.21).

O presente artigo tem como objetivo analisar a Arte, prevista na referida Lei 10.639/2003, como uma das disciplinas principais para desenvolvimento dos conteúdos de cultura africana e afro-brasileira, e apresentar caminhos possíveis para o enfrentamento da questão e principais desafios encontrados hoje para tal.

A metodologia utilizada abarca

pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet.

O texto divide-se em Resumo, Introdução, Discussão e Considerações Finais.

2. Discussão

2.1. Apontamentos acerca da legislação vigente.

A Lei 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1996 já preconizava em suas linhas que "o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia" (BRASIL, 1996, pg.11).

Ainda assim, a Lei 10.639/2003 configurou-se uma grande conquista dos Movimentos Negros, pois reforça os pressupostos da LDB e sinaliza uma ação interdisciplinar, ao indicar que "os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira". (BRASIL, 2003, pg.1).

Com a obrigatoriedade imposta pela nova lei, novos estudos e livros sobre a cultura africana e afro-brasileira vieram a ser publicados, buscando preencher uma grande lacuna dentro de uma historiografia geral contada somente pelo conquistador. Silva (2006, pg.11) aponta que:

(...) para legitimar a escravidão criou-se uma ideologia que, sendo eurocêntrica, aponta o africano como não portador de nenhum conhecimento, como "selvagem" ou "primitivo". Aos europeus caberia a tarefa de propiciar aos "nativos", os valores europeus – era o etnocentrismo agindo nessa "missão civilizadora".

Antes que mais de quatro milhões de africanos cruzassem o Atlântico para serem escravos em terras brasileiras, a África já tinha uma história. E muito antes dos europeus chegarem, foi palco de grandes reinos. O Egito, por exemplo, classificada pelos europeus como "cultura mediterrânea" e apresentado nos museus ao redor do mundo dessa maneira, situa-se na África, ora, seus faraós eram africanos. De posse desses fatos, como prosseguir com conceitos que colocam os africanos como povos bárbaros, sem civilização, entre outras denominações preconceituosas? (Silva; Calaça, 2006).

Essa visão equivocada do continente africano é o que vem permeando até agora o imaginário do nosso País, que, paradoxalmente, tem em sua população 43,1 % de habitantes pardos e 7,6 % de habitantes negros, segundo dados do último Censo Demográfico. Números que representam mais da metade da população, e não se configuram dados alheios, posto que é sabido que nossa herança étnica principal é africana.

Para resgatar sua própria identidade e resgatar a dívida que tem para com seus cidadãos de origem africana, urge à Nação Brasileira mergulhar nas dimensões profundas dessa herança africana. Essas verdades tem que ser ensinadas nas nossas Escolas, para restituir ao segmento majoritário da nossa gente o seu autorrespeito e sua dignidade, fontes do protagonismo histórico e da realização humana. (NASCIMENTO, A.1991, apud NASCIMENTO, E.L. 2008, pg.108).

O Plano Nacional de Educação, aprovado em junho de 2014 e que estabelece uma série de metas a serem cumpridas dentro do seu prazo de vigência de dez anos, também traz em seu texto apontamentos acerca da temática da cultura africana e afro-brasileira. Dentro da meta de número 7, que versa sobre o fomento da qualidade da educação básica aponta como umas das 36 estratégias relacionadas no Plano, o seguinte:

7.25. garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil; (Gomes, A. V.A; Britto,T.F. Org. 2015, pg.249)

É necessário apontar que o próprio campo de Artes como disciplina e como área do conhecimento é algo relativamente recente em nossa legislação. A Educação Artística foi primeiramente incluída no currículo escolar em 1971, pela LDB, mas ainda como atividade. Apenas em 1996, com a Lei nº 9.394/96 que a arte veio a ser considerada obrigatória na educação básica. E isso ainda só foi possível devido à pressão de muitos educadores engajados pela Arte a partir da década de 80 e atentos ao que ocorria para fora de nosso País, e mobilizados pelo então recente movimento da arte-educação, vide a própria Ana Mae Barbosa (2009), referenciada nesse artigo.

Fica claro que a legislação atual, em amplo aspecto, deixa bem amparado a Arte como linguagem e área do conhecimento, assim como a necessidade de aplicar e desenvolver conteúdos sobre a temática africana e afro-brasileira para apropriação de nossas origens, desmistificações e enriquecimento cultural, mas tudo isso não garante sua efetivação.

Em análise e crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial a Pluralidade Cultural dos Temais Transversais, Barbosa (2007) adverte que há uma onda geral de fixar currículos nacionais, como parâmetros nacionais e outros eufemismos, resultado da autoridade de controle sob o governo, o que não significa uma melhora real na qualidade das unidades escolares e do ensino como um todo.

É preciso ir além do que está referenciado e buscar alternativas possíveis para que os textos legais se vejam verdadeiramente refletidos nas práticas educativas.

2.2. Principais desafios no enfrentamento do ensino da temática afro-brasileira e africana em sala de aula.

Uma das primeiras complexidades urge do próprio conhecimento sobre a África e do que é transmitido (ou omitido) sobre a História desse continente, dotado de uma enorme problemática de abordagem histórica por possuir inúmeros povos com distintos meios de organização social, além de outros fatores, como sua própria topografia variada e extensão territorial, correspondente a 22% da superfície sólida da terra segundo Wedderburn (2005). Além de ser sido, segundo todos os estudos científicos, o berço da espécie humana.

A África também carrega o fato de ter sido o único local no planeta Terra onde humanos sofreram experiências contínuas de escravidão em larga escala, antes e durante o comércio transatlântico. Sua história contada pelos conquistadores assassina suas origens e é vista pela luz do preconceito. Segundo Wedderbun (2005):

A racialização de tudo tocante à África é uma prática tão universalmente insidiosa que os próprios historiados nem a percebem mais como um elemento de violenta desumanização do ser humano africano. Sobre essas bases movediças que atentam contra o rigor científico se assentaram durante vários séculos os estudos sobre a África. (Wedderbun in Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, 2005, pg.140).

Esforços têm sido realizados sob o intermédio de novos estudos e publicações, o que escancara a problemática e ferida aberta produzida por séculos de racismo. A publicação em português dos oito volumes da História Geral da África, pela UNESCO, em 2010, representa um desses esforços, que objetiva "propiciar aos professores e alunos, e às pessoas de modo geral, um conjunto de conhecimentos e informação sobre o continente africano, os quais podem abrir novas possibilidades de tratamento de questões que atravessam seu cotidiano no interior da escola". (Silvério, 2013). A coleção, já disponível em diversas línguas, foi produzida por mais de trezentos especialistas sob a direção de um Comitê Científico Internacional. Toda a coleção está disponível para download gratuito no sítio da UNESCO.

No campo da Arte, a dificuldade inicial de abordagem já nasce da própria definição do que vem a ser arte africana e principalmente, arte-afro-brasileira. Roberto Conduru (2007) abre suas reflexões fazendo uma série de perguntas buscando essa definição, e nos dá uma pista extraída dos pensamentos de Maria Helena Leuba Salum "Qualquer manifestação plástica e visual que retome, de um lado, a estética e a religiosidade africanas tradicionais e, de outro, os cenários socioculturais do negro no Brasil" (Salum apud Conduru, 2007 pg.11)

Uma quantidade muito grande de professores atuantes não se sente aptos a trabalhar a temática ou até mesmo desconhecem o aparato da legislação. Barbosa (2005) relata que

Em dezembro de 2005, finalizei um projeto de pesquisa, com Rejane Coutinho e Heloisa Margarido Sales, financiado pelo Centro Cultural do Banco do Brasil de São Paulo, com 70 escolas em São Paulo. O objetivo da pesquisa era saber como os professores usam os materiais preparados para eles, acerca das exposições do CCBB-SP. Trata-se de uma das raras pesquisas feitas por uma instituição cultural. Em geral, as instituições produzem cursos e materiais para professores, mas não se interessam em saber como são usados e se realmente cumprem seu papel. Um dos aspectos que verificamos foi a dificuldade que os arte educadores tiveram em relação à Arte africana. A ideia mais geral dos professores foi propor a confecção de máscaras ou a pesquisa de fatos sobre a África na Internet, escolarizando os temas africanos, mantendo-os afastados do cotidiano brasileiro, incapazes de ver a cultura material da África como Arte (Barbosa in Pesquisas em Arte e Educação: recorte sociopolítico, 2005, n.p.).

Aponta Rosa (2006, pg.10), que: "Muitas vezes, por força de uma formação fragmentada ou mesmo inexistente, o professor não conseguiu sozinho construir ferramentas de reflexão mais apuradas para perceber os debates colocados na agenda social".

É merecido o destaque para a questão de que a disciplina de Artes tem uma trajetória de pouco mais de três décadas no País, e de que a matriz curricular sempre foi de domínio da cultura eurocêntrica, o que colaborou para afastar a arte de outros grupos culturais. (Rosa, 2006).

E reforça Arboleya (2009, s.n.) "A problemática relativa ao entendimento do ensino de artes como disciplina fundamental para a formação do educando é ainda recente no contexto da história da educação brasi-

leira".

Os principais fatores apontados indicam que o caminho é árduo, tanto nas especificidades contidas dentro da temática africana quanto na própria trajetória do campo de Artes no País, ainda que os documentos oficiais atuais apontem para uma nova direção.

2.3. Arte-educação e a proposta triangular: uma possibilidade para a abordagem da cultura afro.

A Proposta Triangular, inicialmente denominada Metodologia Triangular, foi desenvolvida pela arte-educadora Ana Mae Barbosa e posta em prática no Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC). A experiência permitiu que a autora sistematizasse a proposta na obra A imagem no ensino da arte, cuja primeira edição foi lançada no ano de 1991.

Essa proposta é oriunda de duas bases triangulares. Na primeira, de ordem epistemológica, situa-se os componentes de aprendizagem por três vertentes: criação (fazer artístico), leitura da obra de arte e contextualização. No outro triângulo encontram-se as três influências para tal sistematização: as Escuelas al Aire Libre mexicanas, o Critical Studies inglês e o Movimento de Apreciação Estética aliado ao DBAE (Discipline Based Art Education) americano. (Barbosa, 1998).

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais para as Artes, do terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental, também convergem para uma abordagem triangular, e a propósito da contextualização afirmam que "Contextualizar é situar o conhecimento do próprio trabalho artístico, dos colegas e da arte como produto social e histórico, o que desvela a existência de múltiplas culturas e subjetividades". (MEC, 1998, pg.50).

A contextualização, um dos eixos da proposta triangular, possibilita a análise e reflexão das manifestações culturais, suas relações espaço/tempo, assim como suas funções, nos diferentes grupos étnicos e sociais. Através da contextualização é possível interagir com o nosso patrimônio material e imaterial de maneira muito mais efetiva.

"Contextualizar é estabelecer relações (...). É através da contextualização que se pode praticar uma educação em direção à multiculturalidade". (Barbosa, 2007, pg.38).

A multiculturalidade, referenciada nos documentos legais do País como Pluralidade Cultural diz respeito ao "conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira". (PCN, Pluralidade Cultural, 1998, pg. 19).

"Sem conhecimento de arte e história não é possível a consciência de identidade nacional", aponta Barbosa (2009, pg.33) e complementa: " A escola seria o lugar em que se poderia exercer o princípio democrático de acesso à informação e formação estética de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais de diferentes grupos" . (2009, pg.33)

Nossa principal herança cultural, um dos pilares do nosso código cultural, é africana. E a arte afro-brasileira está dentro de nossa História desde o início da construção da materialidade cultural do Brasil. Ao refletir sobre como trazer para a escola esse conhecimento, alguns apontamentos veem à tona. O principal deles é como interpretar os elementos formais dessa obra de arte. (Silva; Calaça, 2006).

A abordagem da arte, de qualquer grupo ou período histórico, precisa ser contextualizada para ser efetiva. Aos assuntos africanos isso se torna ainda mais urgente, haja vista tantos os mitos e preconceitos que foram se acumulando ao passar dos anos.

Barbosa aponta que

Uma criança negra que visite um museu que exiba arte ou "artefato" africano poderá sair de lá com seu ego cultural reforçado pelo conhecimento, apreciação e identificação com os valores vivenciais e estéticos da Arte Africana, ou completamente despossuído culturalmente e desidentificado com a gênese de sua cultura, dependendo da orientação que o profissional do museu que o receba der à sua visita. Já vi orientadores de museu, ao falarem de Arte Africana, se referirem apenas à escravidão e aos fazeres manuais dos escravos para contextualizar os objetos, e em nenhum momento, se referiam às suas qualidades estéticas. (Barbosa, 2007, págs. 91 e 92).

É possível observar que para a abordagem da temática africana e afro-brasileira, haja vista toda a complexidade que envolve essa raiz cultural, uma discussão linear em sala de aula não é suficiente. Por isso uma abordagem que envolva os três eixos se tornará mais efetiva, do que uma simples construção de máscara africana em datas comemorativas, apenas para citar um exemplo. O fazer artístico destituído de contextualização e de leitura da obra de arte não se torna efetivo construtor do conhecimento.

A leitura de obra de arte proposta na abordagem triangular é "questiona-

mento, é busca, é descoberta, é o despertar da capacidade crítica". (Barbosa, 2007).

Um bom exemplo de material que pode ser utilizado dentro de uma proposta triangular são os Roteiros de Visita do Museu Afro Brasil, disponíveis gratuitamente no sítio do museu. O Museu Afro Brasil é uma instituição pública, fundada em 2004 por Emanoel Araújo e subordinada à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Os Roteiros de Visita propõem discussões e trazem questões relacionadas a algumas obras do acervo e são divididos em cinco temas: Arte e Religiosidade Afro-Brasileira, Festas. O Sagrado e o Profano, Arte Africana, Arte, adorno, design e tecnologia no tempo da escravidão e A mão afro-brasileira nas artes visuais.

Uma dessas reflexões pode ser observada no exemplo abaixo:



Tecido Bakuba, 60 x 341, Acervo Associação Museu Afro Brasil.

Fonte da imagem: Roteiro de Visita Museu Afro Brasil, Arte Africana (3).

O Roteiro propõe as seguintes questões para o objeto em questão:

- Quais padrões geométricos podem ser identificados no tecido?

- Quais formas se repetem na estrutura do desenho?

- Na nossa sociedade, as vestimentas possuem símbolo que nos identificam?

O Museu Afro Brasil também dispõe atualmente de um Programa de Formação de Professores, objetivando contribuir para o aprofundamento das reflexões teóricas e dispõe de atividades práticas para subsidiar a prática docente.

O educador dispõe hoje de mais ferramentas para trabalhar a temática. Com a promulgação da Lei 10.639/2003, um número maior de livros e artigos foram publicados, o que pode alicerçar melhor o arte-educador disposto a tornar efetivo o trabalho com essa temática.

3. Considerações Finais

Apesar dos termos multiculturalidade, pluralidade, afrodescendência e outros mais que remetem à nossa História e a trajetória do negro africano no Brasil estarem mais em discussão em nosso País do que estiveram há cerca de duas décadas atrás, por exemplo, a discriminação quanto a o negro e a cultura africana e afro-brasileira persiste. Não coube a esse trabalho o propósito de investigar todas as inúmeras variáveis que culminam nessa afirmação, por aí já se tratar de necessidades de vários estudos individualizados, diante da magnitude e complexidade do assunto.

Durante o período escravagista, milhões de africanos foram trazidos para cá. A História sempre contou a África da pós-invasão europeia, e não a África que existia antes, a África que possuía reinos, saberes, cultura. Um continente avançado em muito, até mesmo nas técnicas de navegação, por exemplo. As antigas civilizações africanas foram praticamente riscadas e ignoradas da História Mundial e quando lembradas, tidas como cultura inferior ou primitiva. Os livros de Artes também contribuíram para essa visão. O currículo de Artes, até muito pouco tempo atrás, era totalmente permeado pela visão eurocêntrica.

A Lei 10.639/2003 seguramente se apresentou como um importante passo para o resgate da identidade e pertencimento diante da cultura africana e afro-brasileira que perpassa todas as linguagens da arte, assim como a Literatura e, claro, a própria História do Brasil. Porém, ainda existem muitos obstáculos para sua efetividade dentro do ambiente escolar e fora dele, alguns desses elencados nesse artigo.

A disciplina de Artes, enquanto linguagem e conhecimento, é crucial nessa batalha, sob os pressupostos da arte-educação e de uma proposta que agregue a contextualização, tão fundamental para entendimento e

análise dos assuntos integrantes da temática afro, quanto de uma leitura de imagem amparada numa real reflexão. É através desses eixos, que o fazer artístico se proporá a uma noção verdadeira de enriquecimento cultural e pertencimento dessa cultura, tão necessária para a construção de cidadãos conscientes e seres pensantes, e dos ideais de democracia e igualdade que tanto almejamos.

4. Referências

ARBOLEYA, V.J. Arte Africana no Currículo Escolar: Novos Olhares e Novas Reflexões. In: Arte e Educação. Revista África e Africanidades – Ano 2 – n. 7 – Novembro, 2009.

BARBOSA, A.M. A imagem no ensino da arte. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BARBOSA, A.M. Tópicos Utópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

BARBOSA, Ana Mae. Pesquisas em Arte-Educação: recorte sociopolítico. Educação & Realidade, v. 30, n. 2, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso 28/10/2014.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais. Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: arte. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CONDURU, R. Arte afro-brasileira. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

GOMES, A.V.A; BRITTO, T.F. (Org.) Plano Nacional de Educação [recurso eletrônico] : construção e perspectivas. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara : Senado Federal, Edições Técnicas, 2015. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/livros-eletronicos/plano-nacional-de-educacao-pne. Acesso em 06/10/2015.~

_____. Ministério da Educação/Secad. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. 2004. Disponível em http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf. Acesso em 28/10/2014.

NASCIMENTO, E.L. (Org). A Matriz Africana no Mundo, Col.Sanfoka. São Paulo: Selo Negro, 2008.

ROSA, M.C. Os professores de arte e a inclusão: o caso da Lei 10639/2003, in Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu, Minas Gerais, 2006.

SILVA, D.M; CALAÇA, M.CF. Arte africana e afro-brasileira. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

WEDDERBURN, C.M. Novas bases para o ensino da África no Brasil. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.